

ANTONIO HOHLFELDT

a_hohlfeldt@yahoo.com.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

O COTIDIANO ESTAMPADOS NOS JORNAIS CABOVERDIANOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

RESUMO

Neste artigo se faz um levantamento, em jornais caboverdianos do início do século XX, do conjunto de informações e notícias que estavam a ser aí veiculados. Para tanto, categorizou-se o material lido em “cotidiano”, “vida política”, “cultura” e “educação”, explicando-se, no corpo do texto, o conceito de cada uma dessas categorias. Para contextualizar tal estudo, buscou-se recuperar uma síntese histórica da imprensa caboverdiana, destacando-se, quanto às três primeiras décadas do século XX, os jornais *O Independente*, *O caboverdiano*, *O Manduco*, *O Eco do Cabo Verde* e *Ressurgimento*. À guisa de conclusão, salientamos o dinamismo desta imprensa, apesar de todas as suas dificuldades na busca da informação, sobretudo depois de iniciado o período salazarista.

PALAVRAS-CHAVE

História da imprensa; história da imprensa caboverdiana; história do jornalismo luso-brasileiro; teoria do jornalismo

Em 2011, no âmbito do IX Lusocom – congresso periódico da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação¹, apresentei comunicação sob o

¹ O congresso ocorreu na UNIP – Universidade Paulista, em promoção conjunta de entidades nacionais representativas de pesquisadores de Ciências da Comunicação, de Portugal, Moçambique, Cabo Verde, Angola, Brasil e Galiza. O congresso bianual é rotativo, localizando-se periodicamente em cada um dos diferentes países constituintes da Federação. No ano de 2011, foi responsabilidade da Intercom – Sociedade Brasileira de Ciências da Comunicação, por sediar-se no Brasil. Pela Universidade Paulista, que a recebeu em seu campus, respondeu Antonio Adami, enquanto a Intercom era representada por Antonio Hohlfeldt, seu presidente, na ocasião, e Moisés de Lemos Martins, então presidente da Lusocom.

título “Síntese da imprensa periódica na província de Cabo Verde”². Naquele momento, minha principal bibliografia de referência era José Júlio Gonçalves (1966). Posteriormente, tive a oportunidade de conhecer a obra de Manuel Brito-Semedo (2006) a respeito, não apenas do jornalismo caboverdiano, quanto das relações entre a história do país e de seu jornalismo, cujo desenvolvimento se inicia em 1842, conforme os registros disponíveis, a partir do decreto de 7 de dezembro de 1836, do Ministro Sá da Bandeira, na administração de Dona Maria II (Hohlfeldt & Tarragó, 2011).

O esforço que se tem feito é apresentar uma perspectiva histórica unitária quanto às mais largas características deste desenvolvimento, ressaltando, é evidente, especificidades nacionais³. Assim, parte-se, sempre, da bibliografia disponível – sempre rara – sobre cada antiga colônia e a leitura atenta dos acervos disponíveis, sobretudo na Biblioteca Pública Municipal do Porto⁴.

PRIMÍCIAS DO JORNALISMO CABO-VERDIANO

O jornalismo caboverdiano, por mais jovem que seja, tem datas problemáticas quanto ao início de seu desenvolvimento. É certo que uma tipografia foi enviada à colônia atlântica, pelo Ministério da Marinha e Ultramar português, ainda em 1842. A primeira edição do chamado *Boletim Oficial do Governo Geral do Cabo Verde* circulou a partir de 24 de agosto de 1842, composto de quatro páginas, divididas em duas seções, “Interior” e “Exterior”, esta última trazendo informações internacionais compiladas a partir de outros jornais, como era costume na época. Quanto à seção “Interior”, dividia-se em *parte oficial* e *parte não oficial*, esta última com informações variadas, mas distantes do círculo oficial de governo, que

² O texto é co-assinado por Júlia Pereira Tarragó, aluna de iniciação científica, que participou dessas pesquisas. O projeto faz parte de estudo mais abrangente, iniciado em 2008, no âmbito da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, sob orientação de Salvato Trigo, seu reitor e ex-professor em Angola, com financiamento da CAPES do Brasil. O projeto inclui estudos sobre o jornalismo de expressão portuguesa, abrangendo Portugal, Brasil e as antigas colônias, como Angola, Cabo Verde, Goa e Moçambique. O projeto continua sendo desenvolvido no atual momento em que se redige esta comunicação., sob apoio do CNPq.

³ Ver, a respeito, Hohlfeldt (2008, 2009, 2014)

⁴ Era para esta biblioteca que a legislação portuguesa de então obrigava os editores dos diferentes jornais, tanto da metrópole quanto das colônias, a enviá-los. Assim mesmo, as longas viagens, a guarda imperfeita, a equivocada organização dos mesmos e, claro, as características do papel, então utilizado, dificultam bastante esta consulta. Moçambique possui um acervo bastante bom, graças ao pesquisador Idílio Rocha. Angola tem sua historiografia registrada por Júlio de Castro Lopo. O já mencionado José Júlio Gonçalves escreveu pelo menos um volume a respeito de cada um desses jornais. No caso de Cabo Verde, a grande contribuição se deve a Manuel Brito-Semedo.

ocupava a primeira. O jornal era editado todos os sábados, a partir da sede física da administração lusa, mas sobretudo a partir da cidade de Praia. A publicação abrangia ainda o território continental da Guiné Bissau, o que só terminou em 1879.

Há várias hipóteses sobre qual teria sido o jornal independente pioneiro no arquipélago, mas os pesquisadores guardam certo consenso em torno do *Correio do Cabo*, “semanário noticioso, literário e político, dedicado aos interesses da província”, segundo rezava seu cabeçalho. Este jornal começa a circular em 19 de fevereiro de 1879. Nos anos seguintes, novos jornais independentes vão se constituir, todos eles na cidade de Praia. A maioria absoluta destes jornais do século XIX não atravessou a entrada do século XX. É só a partir da década de 1920 que novos esforços para a edição de jornais se organiza. Muitos desses jornais valorizarão a literatura de tradição popular e a oralidade da cultura *crioula* do arquipélago. Estes mesmos autores, integrantes de uma geração mestiça, propugnam pela autonomia da colônia e a valorização da cultura local, movimento que perdurará ao longo das décadas seguintes, apesar da ditadura salazarista que também atinge Cabo Verde.

Esta é a interpretação que também oferece Brito-Semedo, ao reconhecer que “a imprensa periódica (...) é um testemunho vivo sobre a actualidade de uma época, quando vista de uma forma sincrônica e dinâmica, e constitui um depoimento do desenvolvimento de uma consciência de identidade nacional” (Brito-Semedo, 2006, p. 21). O pesquisador deixa de lado os jornais precursores e escolhe o ano de 1877, quando começa a ser editado *O Independente*, que durará até 1879, “como baliza temporal de partida” para sua pesquisa (Brito-Semedo, 2006, p. 25). Tais jornais valorizarão o *crioulismo*, entendido por Salvato Trigo como “um fenómeno de aculturação espontânea, isto é, resultante de contacto pacífico sujeito a determinações legais estranhas à comunidade que recebe no seu seio elementos provenientes de zonas culturais pretensamente superiores e evoluídas” (Salvato, 1977, p. 119).

Brito-Semedo mostra que

o crioulo, falado em Cabo Verde como língua materna e de comunicação de todos os cabo-verdianos, é o resultado de um longo processo de gestação, de reestruturação e de autonomização, num contexto escravagista que remonta a muitos séculos (1462-1836), de colonização de vários decênios (1836-1975) e da independência nacional política, desde 1975. (Brito-Semedo, 2006, p. 72)

É neste sentido que os jornais nascidos a partir de 1877 constituem-se em manifestação do que Manuel Brito-Semedo denomina de *elite crioula cabo-verdiana*, resultado da confluência de inúmeros fatores, dentre os quais a criação e o desenvolvimento da instrução primária, que permite o surgimento de uma elite letrada (Brito-Semedo, 2006, p. 117), que se explicita, por exemplo, no nascimento de um teatro e de uma dramaturgia nacionais, constituição de gabinetes de leitura, criação de uma biblioteca, museu, etc. Para a periodização da história da imprensa do Cabo Verde, Manuel Brito-Semedo faz um inventário dos vários autores que estudaram tal realidade e propõe uma divisão em quatro períodos, assim sintetizada:

- 1º período – do movimento Liberal (instalação do prelo) ao fim da monarquia – 1842-1910;
- 2º período – da implantação da Primeira República à Ditadura Militar – 1910-1926;
- 3º período – da instauração da Ditadura Militar ao Estado Novo – 1926-1933;
- 4º período – do estabelecimento do Estado Novo à independência nacional – 1933 – 1975 (Brito-Semedo, 2006, p. 168)⁵.

JORNALIS E TEMAS ESCOLHIDOS PARA ESTUDO

Esta proposta de periodização certamente ainda pode ser reexaminada, mas ela não afetará este trabalho, pois que o que se propõe aqui é um estudo a respeito da vida cotidiana da então colônia, segundo a página dos jornais caboverdianos a que se teve acesso, através do acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, segundo já se expressou, a partir de um conjunto de sete títulos encontrados naquele acervo, dos quais ficamos com cinco:

- *O Independente*, cuja primeira edição é de janeiro de 1912 (a coleção disponível começa a partir da edição 3, de 15 de fevereiro, sendo o jornal, em princípio, quinzenal);
- *O Caboverdiano*, cuja primeira edição é de 7 de abril de 1918;
- *O Manduco*, cujo lançamento ocorre em 1º de agosto de 1923;
- *O Eco de Cabo Verde*, que inicia sua circulação em 1º de maio de 1933;

⁵ Para o detalhamento quanto aos jornais identificados, ver o Anexo 5 – Quadro 11, da mesma obra, p. 402.

- *Ressurgimento*, que começa a circular em 19 de dezembro de 1933;
Claridade, que vai de março de 1936 a dezembro de 1960.

Ainda que as coleções disponíveis sejam relativamente pequenas, há material suficientemente interessante para se pesquisar. Temos, pois, cinco jornais que cobrem as três primeiras décadas do século XX, o que se torna amostragem significativa, diante das novas condições do mundo, em geral – com o deflagrar da I Grande Guerra – do universo lusitano – com a proclamação da República e os primeiros desafios com que o novo regime político português vai se defrontar – além de conquistas científicas que chamam a atenção de todo o mundo, com destaque para o Graf Zepelin e os primeiros aviões que cruzam os céus. Mas não se pode deixar de reconhecer que a vida continua, apesar de tudo, e é justamente estes contrastes que vamos encontrar registrados nas páginas dos diferentes jornais.

Organizamos uma listagem temática:

- “cotidiano”, pequenos tópicos que registram o dia a dia da colônia e de seus moradores, sobretudo em relação à vida urbana;
- “vida política” documenta questões político-partidárias, inclusive ocorridas na metrópole;
- “cultura” destaca acontecimentos culturais;
- “educação” discute questões envolvendo acontecimentos em torno deste campo.

É óbvio que poderíamos ter selecionado outras rubricas, mas ficamos com estas, por serem as mais constantes e talvez as mais significativas de uma sociedade.

A VIDA COTIDIANA

Um dos primeiros registros que encontramos da vida cotidiana é a respeito do carnaval. Segundo os editores de *O Independente*, de 1912, o carnaval daquele ano havia sido “sem graça, semsaborão [sic] (...) nas ruas dá-nos a impressão macabra de símios aos pulos, em esgares endiabrados, a língua de fora a pedirem bananas” (edição 1, p. 1). Preconceito do redator? *O Caboverdiano* de 2 de março de 1919, por seu lado, relembra o

passado do carnaval, contrastava-o com o seu presente, considerando que a festa daquele ano fora “três dias de pândega rasgada” (edição 29, p. 4).

O *Eco de Cabo Verde*, de seu lado, registrava a tradicional festa das tabancas, ou “festa do vadio”, que tem, segundo o periódico, em sua essência e rudimentarismo, uma finalidade mutualista, pois ocorre na época das festas de São João (edição 3, 1º. de junho de 1933, p. 2). O mesmo jornal registra, no dia 25 de janeiro de 1934, o baile de réveillon oferecido pelo Governador da colônia (edição 15, p. 1). Se havia coisas mais graves, a edição 24 de *O Caboverdiano* registra, sob a chamada de “Crime repugnante”, que o marido violentara sexualmente a filha de oito anos de idade, “deixando-a em estado lastimoso” (p. 3).

Em contraste entre ritos coletivos e práticas sociais mais restritas, o mesmo jornal anuncia que está publicando a lista dos divórcios litigiosos da colônia (edição 3, p. 6) e, de imediato faz outro registro curioso, ao apoiar artigo publicado em sua edição, que ataca os batuques, considerados “infernais”, que ocorrem ao longo das noites de Cabo Verde... como se não estivessemos na África e a população, ainda que não fosse nativa (tanto quanto a branca, diga-se de passagem), não tivesse ali o seu terrugno e, consequentemente, o seu direito a festejos culturais específicos... (edição 3, p. 7).

Mas o jornal anota, logo depois, a passagem do Graf Zeppelin pela cidade (ele já estivera no dia 8 de maio anterior, relembra o periódico) (edição 4, 15 de junho de 1933, p. 1). Cabo Verde encontra-se, de fato, nas rotas aéreas internacionais. O *Eco de Cabo Verde* do dia 1º. de janeiro de 1934 registra a passagem do hidroavião de Charles Lindbergh e sua esposa, tendo permanecido por dois dias na ilha (edição 14, p. 1). A visita de Lindbergh também foi registrada pelo *Ressurgimento* de 19 de dezembro de 1933 (edição 1, p. 1).

O Graf Zepellin voltaria a cruzar os ares do arquipélago, agora em direção à Europa, segundo a edição 22 (20 de agosto de 1934, p. 5). O fato parece quebrar tanto a rotina da cidade que, na mesma página, o periódico reforça e aprofunda os detalhes do acontecimento, dando-lhe enorme destaque. O *Eco do Cabo Verde*, no dia 29 de dezembro de 1934, publica entrevistas feitas sobre o trimotor Snip Fokker 17, da companhia holandesa KLM, que amerissara na cidade (edição 32, p. 2).

As notícias chamadas hoje em dia de *fait divers* também já ocorriam naquele entretanto. O *Eco de Cabo Verde* denuncia que houve um arrombamento na Câmara Municipal e que os ladrões, não conseguindo levar nada, deixaram, “em sinal de repto, uma poia” – entenda-se, excremento humano (edição 8, 15 de agosto de 1933, p. 2). Se levarmos em conta uma edição anterior (edição 7, de 1º. de agosto, do mesmo ano), em que o jornal cobra

da Câmara Municipal que sua Mesa Diretora obrigue os proprietários de imóveis da cidade a limpar as frontarias de seus prédios, “em homenagem ao aceio [sic] e à estética cidadina” (p. 1), este tipo de acontecimento não nos deve surpreender... De fato, na edição 10, o mesmo jornal volta a cobrar a necessidade de se melhorarem a saúde e a higiene na cidade (15 de setembro de 1933, p. 1). Os roubos, em todo o caso, não ocorriam apenas em prédios públicos. Na edição 29 (8 de dezembro de 1934, p. 3), *O Eco do Cabo Verde* registra o furto ocorrido em uma casa da ilha: “entrou-se na casa sem arrombar portas”, esclarece a nota, indicando desconfiança que pesaria sobre a empregada. Ao mesmo tempo, apresenta dúvidas sobre tal versão, ao registrar que um indivíduo havia sido preso, acusado do furto, mas defendia-se ao dizer que fora nomeado procurador pelo roubado...

Para contrastar com esta preocupação, encontramos, nesta mesma edição do dia 15 de setembro (p. 6), a seguinte declaração: “J. Martins Arroja declara não se responsabilizar por quaisquer dívidas contraídas por seu irmão Manuel M. Arroja”- a nota dispensa comentários, é claro. Mas há gente boa na cidade. Na edição do dia 1º de outubro de 1933 (edição 11, p. 1), um cidadão pede desculpas publicamente ao farmacêutico e a sua esposa, por tê-lo ofendido, reconhecendo que a troca de remédios, de que reclamara, não fora responsabilidade dos mesmos. Se este foi humilde, o registro seguinte, na mesma edição e página, exemplifica exatamente o contrário: um casal, depois de processar a um desafeto, e antes do veredito do Judiciário, publicara um “a pedido” contra o mesmo. O acusado, agora, defende-se, solicitando ao público que não leve em conta a nota, limitando-se a aguardar o veredito. Alega que, por isso mesmo, nada mais dirá a respeito do caso, aumentando ainda mais a curiosidade em torno do mesmo. Pode-se imaginar o diz-que-diz-que provocado por tal publicação na cidade... (edição 11, p. 1).

Este tipo de ocorrência se desdobra em diferentes episódios. Por exemplo, na edição 24, *O Eco do Cabo Verde* refere, a pedido do cidadão Álvaro Tavares, uma pendência entre ele e o Sr. Maia Rebelo, esclarecendo que o mesmo se negara a aceitar um duelo com armas de fogo, por não saber usá-las, mas dispondo-se a um duelo... a socos, ao que se teria negado o oponente (31 de outubro de 1934, ps. 6 e 7). Na edição seguinte (edição 25, 7 de novembro, p. 2), o Sr. Maia Rebelo, através de seu padrinho, nega o ocorrido. O jornal trata de encerrar o episódio, depois de todo o destaque que lhe havia dedicado.

Havia, nestas notas sobre o cotidiano, alguns registros importantes, como este, de *O Eco do Cabo Verde* (edição 30, 15 de dezembro de 1934, p. 4), em que se exortam os leitores a contribuírem para a aquisição de

um auto-bomba para os bombeiros da cidade. Mas se faltava o auto-bomba, podia-se comemorar, não obstante, a aquisição de uma embarcação, a “Cabo Verde”, que havia muito era esperada, segundo o jornal *Ressurgimento* (edição 4, 28 de fevereiro de 1934, p. 1). Pior, contudo, eram as dificuldades encontradas diante do péssimo estado das estradas, segundo o mesmo jornal, que registra: “Sem estradas Cabo Verde é um coxo, não pode caminhar nem progredir” (edição 6, 12 de abril de 1934, p. 3).

Há momentos em que as dificuldades dos serviços públicos provocam tragédias, como esta, documentada pelo jornal *Ressurgimento*: um acidente com dinamite, utilizada por pescadores, tirou as duas mãos de um deles. O uso da dinamite para tais fins era proibido, e os culpados, apesar do acidente, foram presos e autuados (edição 10, 19 de julho de 1934, p. 4). Os problemas da administração pública incluíam, também, por exemplo, o atraso na entrega da correspondência por parte dos correios, o que afetava inclusive a distribuição dos jornais, segundo reclama o *Ressurgimento* (edição 3, 1º. De fevereiro de 1934, p. 4).

GUERRA E REVOLUÇÕES

O período escolhido, como dissemos, foi atravessado por alguns acontecimentos significativos, tanto em âmbito mundial, quanto à vida político\institucional de que o Cabo Verde fazia parte, enquanto membro – voluntário ou não – do império português. O acontecimento mais amplo e terrível foi a I Grande Guerra, também denominada de a Grande Guerra. O *Caboverdiano*, que começou a circular justamente no ano de 1918, quando o conflito chegava a seu final, apresenta, desde sua primeira edição, várias informações sobre a conflagração, sobretudo porque, desde o ano anterior, Portugal passara a ser parte dos países em luta (edição 1, 7 de abril de 1918, p. 3). Na edição seguinte, o mesmo periódico dedica um artigo a respeito da função militar, sua importância e seus desvios (edição 2, 14 de abril de 1918, p. 1), além de estampar a crônica literária de Eugênio Tavares, que também aborda o tema (p. 2). A edição traz, ainda, informações variadas sobre a luta (p. 3), atendendo, pois, ao interesse de seus leitores. Na edição de 21 de abril (edição 3, p. 2), a crônica de Eugênio Tavares mantém o mesmo enfoque, mas o jornal passa a sofrer diretamente as consequências do episódio: por causa da guerra, a publicação troca o tipo de papel utilizado, justificando tal situação “por causa do mercado”.

Na perspectiva do jornal, a guerra pode ser analisada sob perspectiva mais ampla. Assim, na edição 6 (12 de maio de 1918, p. 6), traz artigo mais

extenso a respeito da Rússia, criticando a revolução – então extremamente recente – que teria colocado o país na anarquia. Alguns meses depois, *O Caboverdiano* traz curiosa informação sobre um brasileiro, funcionário da alfândega de seu país, que teria inventado um *torpedo-aeroplano*, semelhante a um torpedo, como explica o jornal, capaz de explodir na hora calculada e na distância desejada. O invento teria sido formalmente comunicado às autoridades brasileiras, antecipando, pode-se entender hoje, as bombas teleguiadas (edição 16, 21 de julho de 1918, p. 2). Infelizmente, nada mais se noticia a respeito e a nota fica reduzida a um *fait divers* inconsequente.

O Brasil continuará sendo notícia neste jornal que, na edição 20 (18 de agosto de 1918, p. 1) informa que a Cruz Vermelha do Brasil enviara cem mil escudos à Cruz Vermelha de Portugal, a título de ajuda para a guerra.

No dia 25 de agosto (edição 21, p. 1) a publicação anuncia a suspensão da publicação, por falta de papel. A suspensão é provisória, avisa a publicação, o que vem a se confirmar em seguida: a edição seguinte circulará em 17 de novembro, e vem com *manchete* auspiciosa, que ocupa toda a primeira página do periódico: a guerra acabou. O jornal aproveita para informar que 678 exemplares da publicação haviam sido enviados ao *front*, desde que começara a circular (p. 2). Como que para confirmar o que noticiara, o editorial de *O Caboverdiano*, em 15 de dezembro, traz editorial sob o título “Respiremos...”, festejando o fato (edição 24, p. 1).

O episódio, evidentemente, teve repercussões ao longo dos anos seguintes, como se pode depreender da primeira edição de *O Manduco* (1º de agosto de 1923, p. 1), que traz artigo de fundo a respeito do episódio. As repercussões da luta, na verdade, continuaram a pautar os jornais dos anos seguintes: na primeira edição de *O Eco de Cabo Verde* (1º de maio de 1933, p. 1), o periódico traz artigo a respeito do 15º Aniversário da batalha de La Lys, em que tropas portuguesas enfrentaram as tropas alemãs, vencendo-as. Também na edição 19, de 16 de abril de 1934, o articulista Paulo Lagardère escreve a respeito do 9 de abril de 1918, para referir-se ao final da Grande Guerra.

Diversa é, contudo, a perspectiva do *Ressurgimento* que, em 11 de maio de 1935, estampa uma anedota a respeito de Hitler (p.1) mas, imediatamente, sob o título “A loucura da civilização”, alerta para o risco de uma nova guerra (edição 18, p. 2), aliás ecoando artigo assinado por Manoel Será (p. 1), que chamava a atenção dos leitores do periódico para tal horizonte que começava a se desenhar para o mundo. O mesmo jornal, aliás, em edição anterior (1º de fevereiro de 1935, p. 4), estampara curioso artigo opinativo em que se escrevia: “Hitler não quer [sic] mais elogios, nem para

si, nem para os seus colaboradores. Si muitos seguissem seu exemplo, era belo – acrescentamos nós” (?). Levando-se em conta o período salazarista, pode-se imaginar algum admirador nazista perdido no arquipélago...

Antecipando a Grande Guerra e, ao mesmo tempo, sucedendo-a, temos os episódios que envolveram a passagem de Portugal, da condição de monarquia para a de república, com todas as suas novidades, mas também seus desafios e crises. Por exemplo, *O independente* festeja o decreto republicano que extinguiu a necessidade de passaporte para circular entre o arquipélago, a Guiné Bissau e a própria metrópole (edição 4, 29 de fevereiro de 1912, p. 1). E sua edição 45, comemora o aniversário da república, analisando sua significação (16 de outubro de 1913, p. 1).

No início de sua circulação, *O Caboverdiano* faz questão de relembrar a instauração da república, sob a chamada “Vida nova”, ensaiando projetar o futuro do império e da colônia (edição 1, 7 de abril de 1918, p. 1). Aproveita para destacar, igualmente, que o novo ministro da Justiça português é natural da Ilha de Santo Antão, portanto, caboverdiano (edição 1, 7 de abril, p.2). Já na edição 3 (21 de abril de 1918, p. 1), o periódico informa que foi formado um novo ministério em Portugal, criando-se agora o Ministério da Agricultura, o que é visto com bons olhos.

A colônia acompanha os acontecimentos da metrópole e *O Caboverdiano* de 5 de maio de 1918, em notícia de última hora, informa que Sidónio Pais teve enorme votação e foi eleito Presidente da República (edição 5, p. 3). A eleição é confirmada pelo jornal (19 de maio de 1918, edição 7, p. 1). A mesma edição traz artigo oriundo da cidade do Porto, comentando as eleições (p. 2).

Contudo, *O Caboverdiano* é obrigado a informar, em 1º de dezembro de 1918 (edição 23, p. 3), que estão a ocorrer revoltas na metrópole portuguesa. Teria havido uma tentativa sediciosa, logo sufocada pelo governo. O mesmo jornal, em seguida, noticia o assassinato de Sidónio Pais (edição 25, 1º de janeiro de 1919, p. 1), tendo sido nomeado, em seu lugar, João de Cante. Na edição 27, fica patente que os acontecimentos em Portugal são mais graves do que poderia parecer (2 de fevereiro de 1919, p. 1), pois ocorrem revoltas sucessivas, tanto em Lisboa, quanto nas províncias, na tentativa de derrubar o governo. Contudo, depois dessas informações, o jornal silencia a respeito do tema.

O Manduco, por seu lado, em sua quarta edição (15 de outubro de 1923, p. 1), abre sua primeira página com largo artigo a respeito da proclamação da república, sob a chamada “5-X-1910”, artigo que se estende inclusive à segunda página da publicação. Também *O Eco de Cabo Verde* promove

tais comemorações, como observamos em 11 de junho de 1934 (edição 21, p. 1), sob o título “Camões, patrono da Pátria”. O salazarismo, aliás, valorizaria e promoveria bastante este tipo de atuação, buscando enquadrá-la, evidentemente, sob a ótica ideológica da administração de então.

Na linha das comemorações, aliás, constantes nos jornais coloniais como de resto nos metropolitanos, *O Manduco* destaca, na edição 13 (8 de maio de 1924, p. 7), a descoberta do Brasil, estampando pequena nota a respeito. Diga-se que, ao longo dos últimos anos que antecederam à proclamação da república portuguesa, o 15 de novembro de 1889, que marca o advento do regime republicano brasileiro, era sempre focado pelos jornais, sobretudo aqueles de tendência republicana que eram, na verdade, a maioria das publicações coloniais, pois que boa parte deles era editada justamente por publicistas que, graças a seus posicionamentos ideológicos, haviam sido obrigados a deixar a metrópole, sobretudo quando eram militares ou funcionários públicos, deslocados de suas cidades de origem. Os festejos, contudo, podiam também ganhar uma perspectiva cultural significativa quanto à identidade portuguesa, como no caso do jornal *O Eco do Cabo Verde* que, em 15 de junho de 1933, relembra o 353º aniversário do poeta Luís de Camões, em artigo de Pedro Cardoso (edição 4, p. 5).

Outro acontecimento que foi amplamente coberto pelos jornais de então foi a Conferência do Império Colonial, que ocorreu na cidade de Lisboa, em 1933. *O Eco do Cabo Verde*, por exemplo, na edição 6, elogia o Governador da colônia por seu desempenho naquele encontro (15 de julho de 1933, p. 2). A este episódio, sucedeu-se outro, de certo modo até mais importante, a 1ª. Exposição Colonial Portuguesa, que seria coordenada por Henrique Galvão, mobilizando todas as colônias, pois era uma extraordinária oportunidade para que cada uma delas pudesse mostrar sua pujança. Na edição 20 (1º de maio de 1934, p. 2), o mesmo jornal entrevista Manuel Saldanha da Gama, delegado do Cabo Verde àquela exposição, destacando o sucesso da participação da colônia.

O Eco do Cabo Verde, por seu lado, comemora o Dia de Cabo Verde que ocorreu no âmbito da Exposição Colonial do Porto (edição 23, 9 de setembro de 1934, p. 1), inclusive com a presença do então Ministro das Colônias, Dr. Armindo Monteiro e do Governador do Cabo Verde, Amadeu Gomes de Figueiredo. O avanço tecnológico do momento permite que o jornal faça acompanhar a nota de uma fotografia!

A exposição organizou uma série de eventos em seu redor, dentre os quais o I Congresso de Antropologia, segundo noticiou *O Eco do Cabo Verde* (edição 24, 31 de outubro de 1934, p. 8), do que se gerou um intenso

debate por causa de uma palestra de Luís Chaves, para quem “os mestiços são seres inferiores e degenerados, incapazes de produzir boas obras literárias”, segundo o mesmo *O Eco do Cabo Verde*, que estampa, em sua edição 26 (14 de novembro de 1934, p. 2), resposta do professor Juvenal Cabral, evidentemente contrário à tese. Apesar disso, a mesma edição traz avaliação de Machado Saldanha, delegado oficial da colônia àquela exposição, considerando que a mesma fora um “notável espaço de propaganda” para o arquipélago (edição 26, p. 4). A querela ainda prosseguirá na edição 27 (21 de novembro de 1934), quando Luís Chaves volta a se manifestar, pelas páginas do jornal lisboeta *Diário de Notícias*, argumentando que a referência a sua fala fora deturpada. *O Eco do Cabo Verde* publica a íntegra do artigo de Chaves, podendo se depreender, contudo que, embora a negativa do autor, existe de sua parte, sim, certo preconceito, sobretudo quando ele considera que a novela *Auá*, recém publicada em Cabo Verde, de autor autóctone, *faria mal* à cabeça dos nativos e não deveria ser lida por eles! Na verdade, este não foi o único episódio deste tipo. O livro, de Fausto Duarte, fora lançado ao longo do ano de 1934 e propiciara resenhas positivas, por exemplo, da parte de Júlio Monteiro (*O Eco do Cabo Verde*, edição 22, de 20 de agosto de 1934, p. 5). Mas o próprio Machado Saldanha, segundo registrou o mesmo periódico (edição 21, 31 de outubro de 1934, p. 1), em manchete intitulada “Uma atitude desassombrada”, viu-se obrigado a refutar veementemente palestra do Cônego António Miranda Magalhães, que pretendia atacar o crioulo. Fausto Duarte, autor de *Auá*, também refutou ao cônego, em artigo publicado em *O Eco de Cabo Verde* (edição 24, 31 de outubro de 1934, p. 2). Houve desdobramentos variados sobre tais acontecimentos, envolvendo inclusive livros e seus autores. Por exemplo, *O Eco do Cabo Verde* edita resenha de Heleno (evidentemente, pseudónimo) a respeito do livro *The negro on the New World*, do inglês Harry H. Johnston, enquanto Lima Pereira ataca indignadamente Mário Leite, por seu livro *De Cabo Verde à América do Sul*, nestes termos:

vamos reduzir Mário Leite a sua insignificância, provando que ele não sabe escrever, *literariamente falando*, e que não passa de um *servil copista de dicionários* (...), aconselhando-o a que não volte a escrever para o público, e ao público, aconselhando-o a que não leia o livro de Mário Leite (...) Com vagar, haveremos de descobrir todos os livros onde ele foi copiar a prosa que nos vem impingir como sendo de sua lavra. (edição 25, 7 de novembro de 1934, ps. 1 e 3)

O *Ressurgimento* limitou-se a registrar o lançamento de Mário Leite, sem nenhum comentário (edição 13, 30 de outubro de 1934, p. 4).

Nem tudo são rosas, contudo, e a edição seguinte de *O Eco do Cabo Verde* informa que a Inglaterra estaria interessada em adquirir a ilha de Timor a Portugal (edição 21, 11 de junho de 1934). Deve-se lembrar que, apesar de *aliada* histórica de Portugal, a Inglaterra também sempre foi seu principal carrasco, desde o episódio da invasão napoleônica de 1808, quando obrigou Dom João VI a transferir-se para o Brasil, até os então ainda recentes episódios envolvendo a impossibilidade do sonho do *mapa cor de rosa*, pelo qual Portugal pretendia dominar todo um território, de leste a oeste, na África, saindo de Angola e atingindo Moçambique. A mesma edição traz longo artigo a respeito do trabalho desenvolvido, há 3 anos, pelo Ministério das Colônias. Evidentemente, o texto é laudatório: deve-se ter em mente que Portugal já vive o período salazarista, sendo que José António Salazar, depois de ter sido Primeiro Ministro, tornou-se, na prática, ditador e os jornais começam a sofrer o controlo censorial, mesmo os das colônias.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Os artigos, notícias ou pequenas informações a respeito do estágio cultural da colônia cabo-verdense são bastante numerosos e qualitativamente significativos. N’*O Independente*, por exemplo, podemos ler a respeito da presença feminina, em artigo de 15 de março de 1912, sobre a mulher cabo-verdense (edição 5, p. 3), em texto assinado por José Lopes. Neste jornal, como em todos os demais, sempre existe um *espaço literário* a publicar poemas, sobretudo, além do indefectível *folhetim*. Por vezes, são extremamente primários e até ingênuos, como o texto denominado “Uma bofetada sem mão”, na verdade, pequeno conto a respeito de uma religiosa que pede comida para os pobres, à porta dos restaurantes, sendo, muitas vezes, mal-tratada (*O Independente*, 27 de março de 1912, edição 6, p. 2).

Mas também podemos ser informados a respeito da récita de teatro amador a ter lugar no Theatro Africano, segundo a edição 15, de 12 de agosto de 1912 (p. 2), do mesmo jornal. *O Caboverdiano*, por seu lado, registra, em 11 de maio de 1919 (edição 34, p. 5), a presença da *troupe* de Joaquim Velez, que traz variados programas, desde o último dia 1º de maio.

Muitos são os registros encontráveis a respeito de festas e rituais populares, como o “Batuque e carvão”, que é uma crítica à crítica que *O Independente* endossara, em edição anterior, contra a prática dos batuques ao longo das madrugadas, antes mencionada. Dentre as várias práticas documentadas, encontramos, nas páginas de *O Caboverdiano* (edição 13, 30 de junho de 1918, p. 2), a *garraiada*, que antecipa a adoção das corridas de

touro, que depois encontraremos. *O Eco do Cabo Verde*, de seu lado, registra as *tabancas*, festa tradicional, na época de São João (edição 3, 1º. de junho de 1933, p. 2). *O Eco de Caboverde* antecipa a primeira corrida de touros no arquipélago, na edição 19 (16 de abril de 1934, p. 4), informação que se repetirá na edição 20, a respeito da segunda corrida (1º. de maio de 1934, p. 5). Nas páginas do *Ressurgimento*, em 28 de fevereiro de 1934 (edição 4, p. 1), estão estampadas informações a respeito de dois bailes carnavalescos, enquanto, na página seguinte, segue-se nova informação a respeito de um terceiro baile e um artigo a respeito da mulher do Cabo Verde.

Ressurgimento registra, em 24 de maio de 1934, a *honra* de ter, a partir daquele momento, a colaboração do escritor José Lopes em suas páginas (edição 8, p. 4). Nesta mesma edição, Lopes apresenta resenha sobre o livro *Má sorte*, de Rauí de Sant'Elmo. Jorge Barbosa, por seu lado, desde Lisboa, escreve "algumas palavras sobre o nosso problema cultural" (edição 11, 1º. de setembro de 1934). Na edição 14, encontra-se talvez um dos registros mais importantes para uma história cultural do arquipélago. *O Ressurgimento* anuncia, sob a chamada "Um brinde a nossos leitores", que Julieta Neves será "a primeira mulher que colabora em nosso periódico" (1º. de dezembro de 1934, p. 1), publicando o poema "O mar" (p. 2).

O Manduco, por seu lado, dá especial ênfase às questões envolvendo o *crioulo*, além de também manter seus espaços literários, com especial destaque para os poemas de Eugénio Tavares (edição 3, 30 de setembro de 1923, p. 2). Na edição 11 (30 de janeiro de 1924, p. 1), o mesmo jornal destaca a *língua de pretos*, referindo-se ao que chama de *dialeto cabo-verdiano*. A publicação também se dedica enfaticamente a recuperar a memória histórica do arquipélago, publicando artigos que recuperam, por exemplo, a descoberta do mesmo, se atribuída ao português Diogo Gomes ou ao veneziano Cadamorto (edição 13, 8 de maio de 1924, p. 6). O mesmo tema é abordado por *O Eco do Cabo Verde*, em sua primeira edição (1º. De maio de 1923, p. 1), comemorando os 473 anos do arquipélago, sob a chamada "Surge et ambula". O descobrimento de Cabo Verde também é focado em artigo do mesmo *O Eco de Cabo Verde* (edição 20, 1º. de maio de 1934, p. 1), destacado em *box*, no alto daquela página. A mesma edição traz artigo de A. Corsino, a respeito do Infante Dom Henrique (pp. 3-4), a seção literária coordenada por Pedro Cardoso e artigo em que reproduz expressões e palavras do *crioulo*, sob a denominação "Pamode (do Povo)" (p. 6). O mesmo Pedro Cardoso edita *Folclore caboverdeano*, que Augusto Casimiro resenha, na edição 6, de *O Eco de Cabo Verde* (15 de julho de 1933, p. 4), sendo que, na mesma página, o jornal reclama do desleixo da roupa dos

integrantes da Banda Municipal que, na verdade, não teriam uniforme e seu repertório seria fraco e repetitivo. A banda, sabe-se depois (edição 22, de 20 de agosto de 1934, p. 3), toca todas as quintas feiras e domingos no coreto da praça. O jornal vai passar a publicar textos no dialeto local, a partir da edição 9 (1º. de setembro de 1933, p. 1), a valorizar o idioma local, prática que repetirá na edição 10 (15 de setembro de 1933, p. 1), ampliando o debate na edição 11, quando Pedro Cardoso defende os *direitos do crioulo*, em artigo na p. 2 (1º. de outubro de 1933). Também na edição 18, é estampada resenha do livro *A alma caboverdeana*, de Eugénio Tavares (30 de março de 1934, p. 3). *O Eco de Cabo Verde*, em 21 de novembro de 1934, traz artigo de Heleno a respeito do folclore cabo-verdeano (edição 27, p. 2). Esta mesma edição (p. 2) dedica um artigo a respeito de *d'a morna*, poema em honra a Nossa Senhora do Monte, em *crioulo*.

EDUCAÇÃO

Um dos maiores desafios da comunidade de Cabo Verde é, evidentemente, a educação formal. Ecoando um problema que bem conhecemos no universo lusófono, a edição 29, de *O Independente* (17 de fevereiro de 1913, p. 2) apresenta artigo intitulado “Como se protege a instrução”, reclamando dos baixos salários dos professores primários, menores que os de um segundo sargento da polícia militar ou de um cabo europeu, da Polícia Civil.

O Caboverdiano de 28 de abril de 1918 (edição 4, p. 1) informa que o “Plano de Instrução” foi aprovado pelo Conselho do Governo. O mesmo jornal, em 26 de maio de 1918, publica entrevista com o Inspetor Escolar da colônia, a respeito da educação (edição 8, p. 1) e, na edição seguinte (2 de junho de 1918, p. 2), estampa artigo intitulado “Questões pedagógicas – Como se lê para nos recrearmos”. Por fim, descobrimos, na edição 12, de *O Caboverdiano*, que apenas 552 crianças foram aprovadas nos exames, estando sem escola 22.785 menores! Cada professor habilitaria apenas 4,8 crianças por ano, segundo a publicação (23 de junho de 1918, p. 2). O mesmo problema é discutido por *O Eco de Cabo Verde*, em sua edição 7 (1º. De agosto de 1933, p. 1), em artigo denominado “O problema do ensino em Cabo Verde”. Este jornal, aliás, periodicamente estampa imagens do Colégio-Liceu Serpa Pinto, com fotografia e ocupando pelo menos meia página da publicação, sugerindo tratar-se de publicidade, como ocorre na edição 13 (10 de dezembro de 1933, p. 3). Esta matéria se repete da edição 16 (p. 3), de 1º. de fevereiro de 1934 e edição 23 (de 9 de setembro de 1934, p. 3), destoando completamente do clima degradado, em geral, que caracteriza

a educação formal no arquipélago. Já na edição 24 (31 de outubro de 1934, ps. 4 e 5) o jornal enfoca o Liceu Central Infante Dom Henrique de maneira negativa: “chegaram até nós murmúrios imprecisos sobre alguma coisa que se importante foi dita em 6 do corrente“, transcrevendo-se discurso de um médico e funcionário do Ministério das Colónias. Nada é esclarecido, nem o jornal retoma o tema, apesar de ter antecipado que o faria.

O problema do abandono das escolas parece ser crônico. O jornal *Defesa*, editado em São Nicolau (edição 2, 23 de novembro de 1933, p. 1, ampliada na p. 4), critica o fato de os postos de ensino carecerem de “maior apetrechamento” para as escolas primárias.

Já o *Ressurgimento*, desde sua primeira edição (19 de dezembro de 1933, p. 2), preocupa-se com o assunto, estampando artigo de R. Melo intitulado “Pela instrução”. Na terceira edição (18 de janeiro de 1934, p. 3), em visita ao Povo Novo, o articulista que se assina Rotiv (pseudônimo de algum Vitor?) critica a má localização da escola. Já na edição 12 (29 de setembro de 1934, p. 1), o mesmo jornal registra “o progresso dos postos de ensino”, mas mantém a crítica aos baixos salários dos professores. O periódico chega a propor alternativas, como o faz, nesta mesma edição, a propósito de um posto de ensino na Fajá da Gavela: a concentração de dois postos num só local, já que, aparentemente, um deles é desnecessário (p. 2). Contudo, na edição 15 (19 de dezembro de 1934, p. 3), outro leitor afirma tratar-se de vingança pessoal contra moradores do local, já que, ao contrário, os dois postos seriam necessários para a comunidade...

Na edição 13 (30 de outubro de 1934, p. 2), o jornal se indaga se aquele será “mais um ano de analfabetismo?”, expressando preocupação com o reinício das aulas e a falta de medidas do governo. Na edição 14, o jornal insiste a respeito da relação entre “a instrução e o progresso” (1º de dezembro de 1934, p. 3). Em 19 de dezembro de 1934 (edição 15, p. 2), *Ressurgimento* traz entrevista com um ex-professor, assinada por H. Ramos. O professor havia sido exonerado por não ter alcançado os resultados que dele se esperavam mas que, na verdade, apenas evidencia as condições precárias e as dificuldades do ensino nas ilhas.

COMENTANDO...

Não é uma conclusão, porque ela não cabe. O que nos propusemos a apresentar é um apanhado de informações a respeito de determinados temas, ao longo das três primeiras décadas do século XX, a partir das páginas de alguns dos jornais cabo-verdianos a que tivemos acesso. Seleccionamos

apenas alguns temas, por sua abrangência ou por seu evidente interesse para o leitor, e buscamos acompanhá-los no modo pelo qual foram apresentados aos leitores.

O que fica evidente, mesmo para um leitor do século XXI, é que as questões não são tão diferentes assim, naquela época ou na contemporaneidade. Claro, há questões específicas, como a necessidade de afirmação do *crioulo* (lembremos a relação entre jornais, identidade cultural e literatura, com que abrimos este texto). Há uma preocupação evidente quanto à fuga do eventual isolamento do arquipélago, tanto em relação aos acontecimentos mundiais, quanto em relação à metrópole.

E se podemos concluir algo, diríamos ser surpreendente o dinamismo desta imprensa, apesar de todos os seus desafios para buscar informações, para contar com redatores capazes, para encontrar gente interessada em incomodar-se ao responder formal e juridicamente pelas publicações, sobretudo no período salazarista, para resolver questões estratégicas de imprimir e distribuir as publicações, garantindo, além do mais, o ressarcimento pecuniário fundamental, sem o qual os periódicos não sobreviveriam. Aliás, este é outro tema fascinante, mas que deixamos para um outro artigo...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brito-Semedo, M. (2006). *A construção de uma identidade nacional – Análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Gonçalves, J. J. (1966). *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: ISCSPU.
- Hohlfeldt, A. & Tarragó, J. P. (2011). *Síntese da imprensa periódica na província de Cabo Verde*. Comunicação apresentada no IX Lusocom, S. Paulo, 14 a 15 Agosto de 2011.
- Hohlfeldt, A. (2008). *Imprensa das colônias de expressão portuguesa – primeira aproximação*. Comunicação apresentada no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal/RN, Brasil, de 2 a 6 de setembro de 2008.
- Hohlfeldt, A. (2009). Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*, 30(51), 135-154. DOI: 10.15603/2175-7755/cs.v30n51p135-154

Hohlfeldt, A. (2014). Journalism in colonies of Portuguese expression. In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (Eds.), *A history of the press in Portuguese speaking countries* (pp. 619-695). Porto: Media XXI

Trigo, S. (1977). *Literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto: Brasília.

Citação:

Hohlfeldt, A. (2018). O cotidiano estampados nos jornais caboverdianos do início do século XX. In M. Oliveira & S. L. Évora (Eds.), *Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Cibercultura, regulação mediática e cooperação* (pp. 211-228). Braga: CECS.